



ESCOLA SECUNDÁRIA DE SERPA

FICHA DE AVALIAÇÃO DE HISTÓRIA

HISTÓRIA – 12ºANO Turma C

Ano letivo 2022/2023

Grupo I

Versão A

### A INTEGRAÇÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA NO IMPÉRIO ROMANO Tongóbriga\*, um exemplo de romanização

A escavação permitiu identificar as ruínas de Tongóbriga e permitiu afirmar que, no final do século I, e ainda no século II, surgiu uma urbe, a cidade, como organismo socioeconómico que concentrou não só elementos «residenciais» mas também uma produção artesanal especializada e, certamente, atividades sistemáticas de «troca» que justificaram a construção do fórum e de outros edifícios públicos.

As cidades que os Romanos implantavam nas províncias eram uma novidade muito marcante para essas regiões, não só porque obrigavam a novos tipos e formas de habitação, mas também porque contribuíam para transformar o modo de vida tradicional. O urbanismo foi um poderoso instrumento político [...].

Esta noção de transformação toma particular relevo na região do vale do rio Douro, se nos recordarmos do que Estrabão escreveu sobre os povos desta região da Ibéria: «e os últimos são os Calaicos, que ocupam em grande parte as montanhas. [...] A rudeza e o selvagismo destes povos resultam não só dos seus costumes guerreiros, mas também do seu afastamento». [...]

Se o imperador Otávio César Augusto referiu o interesse na criação de uma província «Transduriana», e tal não se concretizou, certo é que os Romanos procuraram atingir o limite atlântico do Império, conquistando-o e romanizando-o.

Lino Tavares Dias, «Tongobriga, a cidade que há no futuro...», in Charles Rocha et. al., Tongobriga – Reflexões sobre o seu desenho urbano, Porto, Edições Afrontamento, 2015, pp. 6-11 (texto adaptado).

\* Cidade romana localizada onde atualmente se encontra a aldeia do Freixo, no concelho de Marco de Canavezes.

#### 1. Tongóbriga correspondia ao conceito romano de «urbe» (linha 2), isto é, 10 Pontos

- (A) uma área residencial de simples concentração de insulae.
- (B) uma zona amuralhada situada numa elevação para garantir a defesa da comunidade.
- (C) um território delimitado para satisfazer as necessidades coletivas dos seus habitantes.
- (D) um espaço residencial maioritariamente composto por villae.

#### 2. A integração da Península Ibérica no espaço civilizacional romano foi facilitada pela 10 Pontos

- (A) divisão administrativa em três províncias: Tarraconense, Transduriana e Gália.
- (B) difusão do latim entre os povos nativos e pela adoção do modelo da cidade de Roma.
- (C) repressão feita pelo exército e pela recusa de concessão de autonomia administrativa.
- (D) ocupação militar anterior por parte de outros povos: gregos, fenícios e cartagineses.

#### 3. A romanização da Península Ibérica, ao «transformar o modo de vida tradicional» (linha 7), permitiu, no domínio económico, 10 Pontos

- (A) o surgimento das feiras e do comércio baseado na troca direta dos produtos.
- (B) o incremento da exploração pecuária como principal fonte de rendimento.
- (C) o predomínio de uma agricultura de subsistência para assegurar o autoconsumo.
- (D) o fomento da extração mineira e do fabrico de conservas de peixe para exportação.

### GRUPO II

#### PORTUGAL NO SÉCULO XIX: CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

As mudanças políticas de 1820, na perspetiva de Almeida Garrett (1821)

Já temos uma Pátria, que o despotismo nos havia roubado [...]. A última hora da tirania soou; [...] o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte [...]. Qual era, de entre nós, que se não pudesse chamar oprimido? [...] Qual é o português que não folgará com a liberdade? [...]

Escravos ontem, hoje livres; ontem autómatos da tirania, hoje homens; ontem miseráveis colonos, hoje cidadãos [...]. Haverá ainda homens tão desprezíveis que, esquecidos de que são cidadãos, de que são portugueses, ousem duvidar da legitimidade com que a parte mais ilustrada desta cidade [do Porto] clamou por uma Constituição política, reuniu as suas forças para fim tão glorioso, e trata de convocar as Cortes, e promover assim um governo representativo, segurar a majestade do povo, a liberdade da Nação, os direitos do trono, a santidade da religião, e o império das leis [...].

Empreendo pois (e hei de prová-lo) demonstrar a legitimidade com que o Conselho Militar de 24 de Agosto, convocando Senado, Povo e Autoridades Públicas desta cidade, erigiu a Junta Provisional do Governo Supremo, para que, representando a Nação, e a majestade dela, convocasse as Cortes, para a organização de uma Constituição política da monarquia portuguesa.

E quantos meios tinha eu de provar a minha opinião!

Descrever os males que sofríamos, o cativo em que jazíamos, o desprezo, a insolência com que a corte do Rio de Janeiro [...] nos oprimia [...] e nos preparava a nossa morte política? Dizer o atrevimento, a barbaridade com que os mais [...] ambiciosos homens forçavam o nosso Soberano a faltar à palavra que nos dera de voltar para Portugal? Apresentar os meios indiretos com que arruinavam o nosso comércio, destruíam as nossas fábricas, menosprezavam a nossa agricultura? Enumerar as [...] insuficiências de um governo que, sem fazer um só bem, tantos males causou à desgraçada Pátria? Resgatar a memória [...] de Gomes Freire de Andrade e dos outros mártires da Pátria e da liberdade? Fazer ver que a mudança de governo [...] estava nas mãos da Nação? Invocar argumentos, apontar a autoridade de Rousseau [...] e de Condorcet?

De tudo me valerei para tornar claro aos olhos dos portugueses [...] uma obra que deve ser pública, que é de todos e para todos, e destinada a instruir um Povo Rei nos seus direitos, nas suas obrigações.

Almeida Garrett, «Já Temos uma Pátria, que nos havia roubado o despotismo», in Antologia do Pensamento Político Português / 1 – Liberalismo, Socialismo, Republicanismo, Porto, Editorial Inova, 1970, pp. 59-61 (texto adaptado)

1. **Transcreva** um excerto do documento que evidencie a crise económica de Portugal nas vésperas da revolução de 1820. **15 Pontos**

2. **Apresente duas razões** do descontentamento de sectores da sociedade portuguesa, evidenciando a sua importância para a eclosão da revolução de 1820. **20 Pontos**

**As duas razões devem ser articuladas com informação contida no documento.**

3. **Explicitar dois princípios do liberalismo**, presentes no documento, que viriam a ser consagrados na Constituição de 1822. **20 Pontos**

**Os dois princípios devem ser articulados com excertos do documento.**

4. **Complete o texto seguinte, selecionando a opção adequada para cada espaço. 10 Pontos**

No início do século XIX, Portugal encontrava -se perante a encruzilhada dos interesses político -militares das duas maiores potências europeias..... **a)**..... cuja rivalidade culminou em .....**b)**....., quando Napoleão Bonaparte ordenou o encerramento dos portos europeus ao comércio e navegação britânicos. A tentativa de Portugal em manter a neutralidade levou ao adiamento da entrada em vigor do ..... **c)**....., o que provocou a reação dos Franceses, que ordenaram as três.....**d)**.....

a)	b)	c)	d)
1. Inglaterra e França	1.1809	1. Bloqueio insular	1. decretos
2. Itália e Alemanha	2.1805	2. Bloqueio Continental	2. ultimato
3. Espanha e Países Baixos	3.1806	3. Bloqueio Europeu	3. bloqueio
4. Bélgica e Dinamarca	4.1807	4. Bloqueio Peninsular	4. invasões

5. **Associe** os elementos relacionados com a consolidação do liberalismo em Portugal, presentes na coluna A, com a designação correspondente, que consta na coluna B. **10 Pontos**

COLUNA A	COLUNA B
(A) Convenção de Évora-Monte (B) Vintismo (C) Cartismo	(1) Movimento revolucionário que tinha como objetivo restabelecer a Constituição de 1822. (2) Tendência do liberalismo português defensora dos princípios estabelecidos pela Carta outorgada por D. Pedro em 1826. (3) Acordo que pôs fim à guerra civil entre liberais e absolutistas, e que determinou o exílio definitivo de D. Miguel. (4) Movimento revolucionário que apoiava D. Miguel, para restaurar uma monarquia mais conservadora. (5) Tendência do liberalismo português defensora dos princípios estabelecidos pela Constituição de 1822.

6. **Ordene** cronologicamente os seguintes acontecimentos relativos à implantação do liberalismo em Portugal. **15 Pontos**

**Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.**

- (A) Início da guerra civil entre absolutistas e liberais.
- (B) Reação absolutista da Abrilada.
- (C) Outorga da Carta Constitucional.
- (D) Ida da família real para o Brasil.
- (E) Aprovação da primeira Constituição

### GRUPO III

#### PORTUGAL DESDE O FINAL DA DÉCADA DE 1920 ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1960: DOS ALICERCES ÀS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO NOVO

##### Documento 1 - Uma visão do Estado Novo – entrevistas a Oliveira Salazar (1961 e 1963)

Angola é uma parcela da Nação portuguesa e, como tal, tanto contribui para a economia do todo, como beneficia da existência e das atividades das restantes parcelas, incluindo o território metropolitano. [...]

A par do fomento do comércio, orientámo-nos sempre, no contacto com as populações locais, pelo ideal da igualdade do homem perante Deus e a lei, qualquer que fosse a sua raça [...]. Esta é a base da nossa tradicional política de não discriminação racial, de assimilação espiritual por meio de interpenetração de culturas, quando podia ser esse o caso, e, finalmente, de integração económica, social e política de todas as populações numa entidade política unitária. [...]

Os votos dos Estados Unidos contra Portugal, na ONU, causaram no povo português grande ressentimento, muito maior do que transparece na imprensa ou nas episódicas manifestações de rua. Espero que, uma vez esclarecidos na consciência americana estes problemas, seja possível ao seu governo retomar uma orientação respeitadora dos nossos legítimos direitos. [...]

Tentámos uma fórmula não totalitária, mas autoritária e, digamos sinceramente, moderadamente autoritária. [...] Não me parece que, com justiça, se possa dizer que a participação na vida nacional não está aberta a todos os homens de boa vontade. [...]

Se conseguirmos continuar a trabalhar e a progredir em clima de paz interna, podemos, em breve, entrar numa fase do nosso desenvolvimento em que o ritmo da política social se aproxime cada vez mais dos objetivos que desejamos: [...] o progresso e o bem-estar das nossas populações, sem discriminação de raça, de cor ou de religião.

Identificação das fontes Doc. 1 – Oliveira Salazar, Entrevistas, 1960-1966, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1967, pp. 51-55 e 163-172 (adaptado)

## Documento 2 - Uma visão do Estado Novo – manifesto clandestino da oposição (1961)

Desde 1926 que as Forças Armadas portuguesas sustentam no poder o regime que arrancou à Nação as liberdades públicas fundamentais e os direitos cívicos reconhecidos ao povo pela República. [...] Jamais estes e outros factos – como as fraudes cometidas contra as votações em favor do general Humberto Delgado – levaram as altas patentes das Forças Armadas a um momento de reflexão e discordância. [...]

Portugal, grande potência ultramarina, e podendo por esse facto, ao menos na metrópole, fazer os portugueses desfrutarem de um nível de vida comparável aos padrões europeus, mantinha-se uma vergonha nas estatísticas mundiais: os mais baixos índices de produção e de consumo, as mais baixas médias de rendimento e de salários, de vida económica, social, sanitária e educativa. O mais pobre país da Europa, como recentemente fomos classificados [...].

Os protestos e as manifestações, que a imprensa e a televisão relataram (até com imagens falsificadas) como desagravo às declarações proferidas na ONU, foram organizados, como todos sabem, pelos departamentos oficiais ou conduzidos através de conhecidos processos de coação [...].

A ordem e a paz que o Governo dizia haver no ultramar, agora desmentidas pelos sangrentos acontecimentos de Luanda, [...] são as mesmas que reinam no continente, a ordem dos submetidos, dos amordaçados e dos reduzidos à miséria, a ordem imposta pela força e pelas polícias, a paz dos vencidos, o silêncio do medo. [...]

Por tudo isto, pergunta-se: porque é que os portugueses haviam de estar indignados contra as críticas da ONU, afinal críticas ao Governo e não a Portugal, quando nenhuma responsabilidade têm na governação e, há muito, eles próprios as fazem mais severas?!

Identificação das fontes Doc. 2 – Manifesto clandestino «A Oposição na Defesa de Portugal e da Verdade», in José Magalhães Godinho, Pedços de Uma Vida, Lisboa, Pégaso Editores, 1992, pp. 47-53 (adaptado)

1. **Explique**, a partir do manifesto da oposição (documento 2), três dos fatores político-sociais que favoreceram a afirmação de um regime autoritário em Portugal. **25 Pontos**

2. **Compare** as duas perspetivas acerca do Estado Novo, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três dos aspetos em que se opõem. **30 Pontos**

**Escolhe UMA questão (das questões 3 e 4)**

3. **Associe** cada um dos elementos relacionados com as organizações estruturantes do Estado Novo, presentes na **Coluna A**, à designação correspondente, que consta da **Coluna B**. **15 Pontos**

**Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes. Utilize cada letra e cada número apenas uma vez**

COLUNA A	COLUNA B
(a) Imposição de princípios de harmonização das relações laborais e recusa da luta de classes. (b) Enquadramento das massas através do controlo exercido sobre a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores. (c) Defesa do regime e combate contra as doutrinas subversivas, através de uma ação paramilitar. (d) Formação física e moral da juventude e sua doutrinação nos valores nacionalistas do regime. (e) Promoção da «política do espírito» para desenvolver e influenciar diversas manifestações culturais	(1) Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) (2) Obra das Mães para a Educação Nacional (3) Mocidade portuguesa (4) Legião portuguesa (5) Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) (6) Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) (7) Sindicatos independentes (8) Corporações

**4. Escreva a sequência de letras** que corresponde à ordem cronológica correta dos seguintes momentos relativos à situação política de Portugal, nos anos que se seguiram ao fim da segunda Guerra Mundial. **15 Pontos**

- (A) Desistência do general Norton de Matos na sua candidatura à Presidência da República.
- (B) Alteração da Constituição tendo em vista a instituição da eleição do Presidente da República por um colégio eleitoral.
- (C) Formação do MUD -Movimento de Unidade Democrática.
- (D) Dissolução da Assembleia Nacional e convocação de novas eleições legislativas.
- (E) Derrota da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República.

**5.Segundo a tese do luso tropicalismo desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, 10 Pontos**  
**(Escolha a única opção correta)**

- (A) nas suas relações com as colónias ultramarinas, Portugal tina em vista a sua exploração económica para resolução das dificuldades financeiras internas.
- (B) Portugal devia aceitar a progressiva autonomia das províncias ultramarinas de modo a salvaguardar os interesses da população branca residente.
- (C) na sua presença em Africa, Portugal revelou sempre uma particular capacidade de adaptação visível nas políticas de miscigenação e na ação civilizadora.
- (D) Portugal devia recorrer a todos os meios, mesmo à luta armada, para garantir a soberania política nos territórios tropicais sob a sua tutela politico -administrativa.

**BOM TRABALHO**